Conflitos e insurgências: experiências de luta por territórios e moradia na Região Metropolitana de São Paulo[1]

DOI: 10.54446/bcg.v12i2.2885

Fabio Pereira dos Santos[2], Natasha Mendes Gabriel[3], Juliana Tiemi Tamanaha[4], Aline Cavalcante Mendonça[5]

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise do contexto atual de dinâmicas insurgentes na Região Metropolitana de São Paulo. Por meio da investigação de quatro experiências de luta por moradia ou território, o artigo busca discutir possibilidades, limites e dilemas desses processos. As experiências insurgentes investigadas são da Ocupação Penha Pietras, da Ocupação Anchieta-Grajau, do assentamento do MST Dom Balduíno e da aldeia indígena Tekoa Yvy Porã. A metodologia abrangeu levantamento de informações por meio de revisão bibliográfica, levantamento de notícias, realização de visitas de reconhecimento, contatos e entrevistas com moradores e lideranças dos movimentos sociais. Buscou-se, assim, trazer contribuições à teoria e práxis do planejamento e gestão do território, explorando as possibilidades de libertar o imaginário em direção às estratégias que disputem a construção digna de territórios populares.

PALAVRAS-CHAVE: conflitos sociais, planejamento territorial, movimentos sociais, urbanização insurgente, moradia.

---

1 Artigo desenvolvido em decorrência das atividades da disciplina Tópicos Especiais em Estado, Políticas e Instrumentos de PGT: Urbanização Insurgente (2022.2) no âmbito do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC).

2 Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Braz Cubas, com especialização em Geografia, Cidade e Arquitetura pela Escola da Cidade, mestre e atualmente realizando doutorado em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: fabio.psantos@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2213-9236.

3 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), atualmente realiza mestrado em Planejamento e Gestão Territorial na Universidade Federal do ABC (UFABC) e atua como diretora pedagógica e de projeto no Instituto Elos. E-mail: natashamg@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4968-8921.

4 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP), atua como arquiteta da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e realiza mestrado em Planejamento e Gestão Territorial na Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: j.tiemi.t@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1070-7432.

5 Graduada em Comunicação Social pela Universidade Tiradentes e atualmente realiza mestrado em Planejamento e Gestão Territorial na Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: aline.cavalcante@ufabc.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4060-7179.

Introdução

O processo de acumulação capitalista se configura como um sistema de exploração, segregação e desigualdade – intensificada pelo contexto neoliberal. Há historicamente, conforme Holston (2013), uma dinâmica de urbanização das cidades brasileiras que condicionou o surgimento das periferias – favelas e moradias precárias que fomentam o exercício de uma *cidadania insurgente* por parte das populações vulnerabilizadas contra uma lógica perversa de dominação e desigualdade que as colocam sob a privação de acesso à direitos fundamentais e alimenta preconceitos e segregação. Tais insurgências questionam práticas dominantes e políticas públicas que praticam um discurso de inclusão, sem conseguir, no entanto, materializar o acesso à direitos – ao contrário, por vezes, favorecem à exploração e segregação (MIRAFTAB, 2009).

O presente artigo apresenta, a partir de análise de experiências de luta por moradia empreendida por movimentos sociais na Região Metropolitana de São Paulo – contemplando observação de campo, contatos e entrevistas – discutir o contexto atual de dinâmicas insurgentes ou subversivas, buscando observar possibilidades, limites e dilemas ou desafios destes processos. O artigo está estruturado em três partes: (1) A produção do espaço e da moradia, e a segregação socioespacial e as insurgências, com um breve resgate do contexto do processo desigual de desenvolvimento brasileiro e da origem de dinâmicas insurgentes; (2) Insurgências na Região Metropolitana de São Paulo: experiências de lutas por moradia e território, com a apresentação dos casos estudados; e (3) Confluências, possibilidades e dilemas das práticas insurgentes, com análise transversal a partir da identificação de elementos-chave entre os casos estudados e convergências teóricas ou práticas – além das considerações finais.

A produção do espaço e da moradia, a segregação socioespacial e as insurgências

A dinâmica capitalista de produção do espaço condiciona o território como *locus* de acumulação – a partir da concentração dos meios de produção e reprodução do capital e da conversão da própria terra, para além de seu valor de uso – o lugar da vida cotidiana, do habitar e da reprodução social, também como mercadoria (LEFEBVRE, 2008). Estrutura-se, então, um processo de intensa segregação espacial, com impactos sociais e ambientais, no qual às famílias que não conseguem arcar com os custos da *mercadoria-habitação*, resta a opção de ocupar uma área e prover a sua moradia por autoconstrução (MARICATO, 2009).

Nesse contexto, podemos afirmar que a dinâmica de constituição das cidades e das moradias é resultado, sobretudo, da atuação do mercado imobiliário – orientada pela lógica de acumulação, da promoção estatal e do fenômeno da produção informal por autoconstrução – pelas famílias que não encontram alternativa para morar (MARICATO, 2009).

A urbanização informal por autoconstrução é um dos fenômenos característicos das cidades brasileiras, bem como de outros países do capitalismo periférico. Oliveira

(2006) afirma que a classe trabalhadora, ao autoconstruir sua própria habitação, ajudou a financiar a industrialização brasileira por meio do rebaixamento de seus custos de reprodução, pois a habitação é resolvida pela própria classe trabalhadora a partir de *sobretrabalho* e os custos da moradia não compõem o salário do trabalhador. É neste contexto que se definiu a realidade dos espaços sociais, a configuração de segregação e restrição de direitos a que está submetida grande parte da população.

A questão da terra sempre esteve presente seja no campo ou na cidade. A propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira, se agravando especialmente a partir da década de 1980, com a globalização e o incremento do agronegócio baseado no latifúndio e produtos primários, provocando maior migração da população para as cidades (MARICATO, 2008). A partir das lutas sociais pela reforma urbana, as disputas de interesses privados e suas incidências no processo da revisão constitucional (BONDUKI, 2014), foram inseridos na Constituição Federal de 1988 capítulos que respaldaram, ao mesmo tempo, o direito à propriedade privada e a função social da propriedade rural e urbana: o capítulo da Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária, com os artigos 184 a 191, buscando maior valorização das pessoas do campo, a democratização da terra e a dignidade humana; e o capítulo da Política Urbana com os artigos 182 e 183, garantindo o direito à moradia digna e à cidade.

Um conjunto de avanços institucionais ocorrem após a promulgação da Constituição Federal (1988) que orientaram a legislação normativa, políticas federais e experiências de participação, especialmente entre 2003 e 2016, nos períodos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef (PT). A "participação" que marca esse período, com a ampliação da presença de organizações sociais e movimentos sociais em conselhos, conferências e espaços de decisão institucionalizados. A ampliação das instâncias de participação se observa no número de conferências, nas etapas preparatórias, na democratização de conselhos existentes e na criação de novos conselhos (AVRITZER, 2009).

Tatagiba e Teixeira (2021, p. 42) levantam que possivelmente houve ganhos para os movimentos sociais e entidades com relação ao "fortalecimento das organizações, maior visibilidade no território, fortalecimento das redes e criação de novos vínculos associativos". No entanto, é importante reconhecer os limites desses processos em relação à efetividade da participação — o que é destacado na agenda urbana (MARICATO, 2014) e que também serve para o contexto rural.

Tal cenário de contradição entre, por um lado, avanços normativos e ampliação da participação e, por outro, conquistas sociais limitadas é resultado da própria ideologia neoliberal, que não usa de força ou de coerção, mas atua com um conjunto de políticas, valores e racionalidades para alcançar o poder hegemônico (MIRAFTAB, 2009). Miraftab (2016) sugere que o debate da inclusão deve alcançar a perspectiva da autogestão, que vai além das instâncias de participação que ela denomina de *espaços de ação convidados* - ou seja espaços concedidos para uma participação limitada e instrumentalizada, avançando para a criação de *espaços de ação inventados* estratégia de movimentos populares para resistência e discussão do imaginário futuro e de disputas por transformação social no presente.

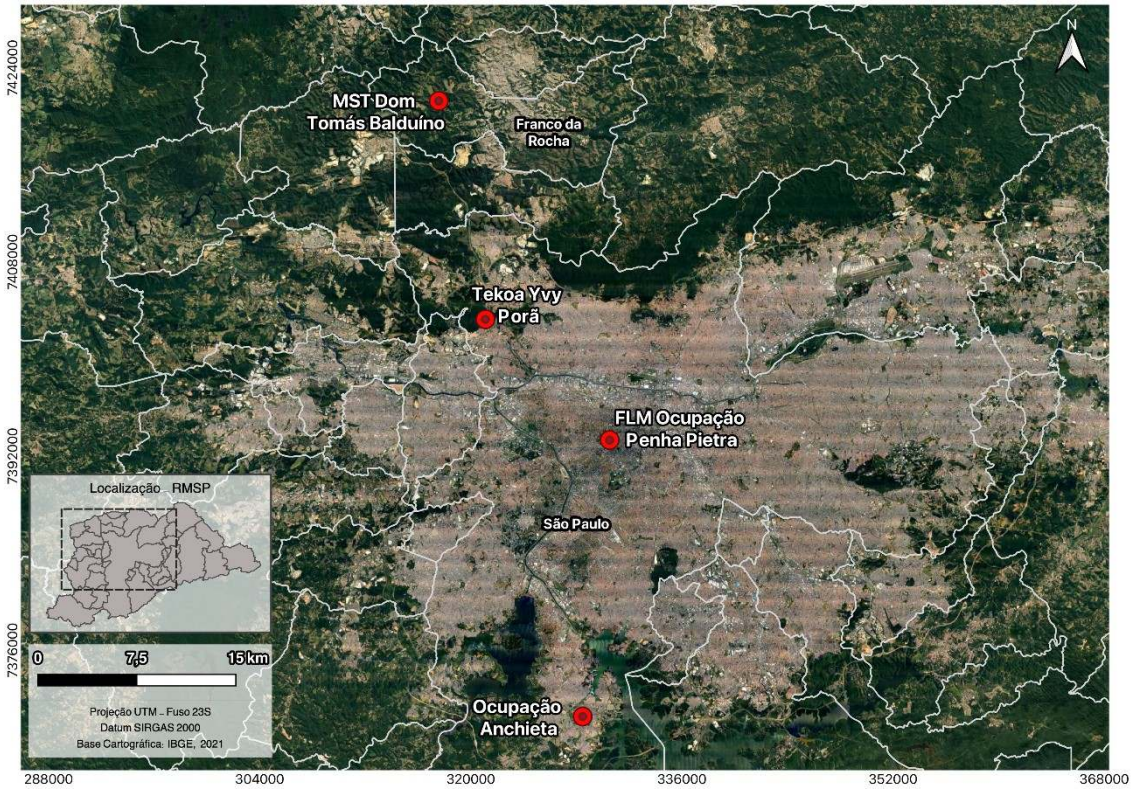
O limite na forma de produzir e viver é iminente. A criação de um horizonte e um projeto alternativo de sociedade que priorize o bem comum, a natureza e a coletividade esta desafiado a encarar a disputa do território, em especial, os territórios populares (SANTOS JR., 2019). Milton Santos (2007) destaca em sua obra a importância do território para a existência da cidadania concreta, o acesso à direitos sociais e a cidade. A desigualdade e a obscena concentração de riqueza, a gravidade do avanço da degradação ambiental e o ideário de expansão sem limites da acumulação da renda são possibilidades de aglutinação de lutas anticapitalistas (HARVEY, 2014). Holston (2013) aponta que o processo histórico de urbanização das grandes cidades brasileiras que implicou, conforme descrito, no surgimento das periferias autoconstruídas fomenta uma cidadania insurgente protagonizada por grupos socialmente vulneráveis que enxergam as leis e o sistema de justiça como instrumentos de segregação e dominação pelas elites e passam, então, a reivindicar acesso a direitos e denunciar injustiças. Desta forma, as disputas territoriais, em especial na cidade, como uma expressão deste processo de acumulação e segregação toma posição relevante como palco das lutas contra os interesses de acumulação de renda e por acesso à direitos, dentre eles o direito à cidade, à cidadania, justiça racial, de gênero, entre outras.

Nesse sentido, destaca-se a importância de experiências insurgentes de luta por território e moradia que emergem em todo país, especialmente pós-golpe de 2016, suas estratégias, práticas e memórias contra hegemônicas oferecem reflexões acerca da práxis do planejamento e gestão do território na produção do espaço em um contexto de aprofundamento do Estado Neoliberal e de democracia em crise. A observação de quatro experiências concretas na Região Metropolitana de São Paulo, seus conflitos e dinâmicas guardam pontos comuns para a colheita de aprendizados e ampliação do repertório de construção de uma cidade popular.

Insurgências na região metropolitana de São Paulo: experiências de luta por moradia e território

O estudo desenvolvido no âmbito deste trabalho contemplou levantamento de informações por meio de revisão bibliográfica, levantamento de notícias, realização de visitas de reconhecimento, contatos e entrevistas com moradores e lideranças dos movimentos sociais com foco em quatro localidades com histórico de luta territorial e/ou por moradia, a saber (Figura 1): (1) a *Ocupação Penha Pietras* – ocupação em edifício na região central da cidade de São Paulo; (2) a *Ocupação Anchieta-Grajaú* – ocupação periférica no extremo sul da cidade de São Paulo; (3) o assentamento do *MST Dom Tomás Balduíno*, da reforma agrária no município de Franco da Rocha; e (4) a aldeia indígena *Tekoa Yvy Porã*, da etnia Guarani Mbya na região norte de São Paulo.

Figura 1. Localização das áreas estudadas.



Fonte: elaboração dos autores a partir da ferramenta QGIS, 2022.

Ocupação Penha Pietras

A Ocupação Penha Pietras localiza-se no antigo Hotel Paulista, na Rua da Consolação, 2563, quase esquina com a Avenida Paulista (Figura 2). Iniciada em novembro de 2021 por 260 pessoas, a ocupação é coordenada pelo Movimento de Moradia e Inclusão Social e a Frente de Luta por Moradia (FLM), um coletivo de movimentos autônomos fundado em 2004 em São Paulo, que atua na organização de famílias sem-teto em diversas regiões da cidade.

Atualmente, moram na ocupação cerca de 70 famílias de baixa renda que residem nos antigos quartos do Hotel e organizam-se em espaços de uso coletivo: portaria, recepção, cozinha, lavandeira, banheiros e área multiuso para atividades de recreação infantil, eventos, oficinas, leitura e reuniões em grupo. Antes da ocupação, o espaço estava sem instalações elétrica e hidráulica, foi abandonado e aos poucos vem sendo recuperado e mantido em sistema de autogestão pelos atuais moradores (Figura 3). Conforme relatado por lideranças do movimento, a maioria das pessoas viviam em situação de rua, alta vulnerabilidade, risco e são mulheres: mães solos, vítimas de violência, chefes de família, desempregadas.

Figura 2. Frente Ocupação Penha Pietras e Figura 3. Cartaz da Ocupação.



Fonte: Figura 2 - Foto dos autores, 2022; Figura 3 - Perfil no Instagram da Ocupação Penha Pietras <https://instagram.com/ocupacao.penhapietras?igshid=YmMyMTA2M2Y=>.

Segundo a liderança da Ocupação, Penha Pietras, o prédio onde ela se localiza. Ele é um dos cerca de 50 edifícios do Centro de São Paulo[6] que também são ocupados por outros movimentos de moradia e pessoas de baixa renda, em uma região da cidade dotada de infraestrutura, repleta de imóveis obsoletos, e onde o aluguel de um quarto custa, segundo a liderança, em média R$ 2.000,00. No contexto de aprofundamento das desigualdades sociais, especulação e financeirização do mercado imobiliário, ausência de políticas sociais e alternativas habitacionais para população de baixa renda, movimentos de luta por moradia organizam-se de forma insurgente para fazer valer direitos de habitação e segurança alimentar, buscando cumprir o princípio constitucional da Função Social da propriedade na cidade mais rica do Brasil.

Ocupação Anchieta-Grajaú

A Ocupação Anchieta-Grajaú se localiza na Zona Sul de São Paulo, no bairro do Grajaú em uma área de proteção ambiental dos Mananciais da Represa Billings. Nasce em 2013 em uma gleba de 220 mil metros quadrados do Instituto Anchieta Grajau, organização social que realiza atividades com crianças e adolescentes, em uma parte desse terreno.

A área da Ocupação Anchieta-Grajaú se encontra em área de proteção dos mananciais Billings (APRM-B segundo a lei Estadual n 13.579/2009) pertencendo à área de escoamento de um córrego que deságua no braço Varginha – Cocaia. No plano diretor é definido como uma área de ZEIS tipo 4, sendo um vazio urbano com prioridade para habitação de interesse social restrita, associado a preservação e urbanização das áreas de proteção ambiental.

6 Em 2018 a Prefeitura de São Paulo mapeou 51 ocupações na região central da cidade. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Situacao-das-ocupacoes-na-cidade-de-Sao-Paulo.pdf>.

Atualmente residem ali 1100 famílias, tendo uma população estimada em 3000 pessoas, dentre elas 700 crianças (OLIVEIRA, 2021). A Ocupação se caracteriza por alto grau de precariedade (Figura 4), com instalações precárias de luz e água; sem arruamento, calçada e parcelamento formal dos lotes; sem rede de drenagem e saneamento; sem coleta de lixo e serviços de entrega. As casas foram construídas em condições precárias, sendo a grande maioria de madeira por dois principais motivos: a insegurança da posse e a ausência de condições financeiras.

Nesse contexto, transcorre o trabalho da Associação de Moradores Anchieta de organização e luta popular por urbanização, moradia digna e regularização fundiária com a parceria da defensoria pública, universidades, organizações sociais e movimentos de moradia. Entre eles a Universidade de Michigan, Centro Gaspar Garcia, a Peabiru TCA, a União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular (UNMP).

Desde 2014, a Associação luta pela permanência da população no local, passando por inúmeros embates no campo jurídico pelo direito de permanência, enfrentando, em pelo menos duas situações, risco de despejo. A primeira foi a ação de reintegração de posse movida pelo Instituto Anchieta e com ganho de causa, o qual nunca executou a ação e por um acordo vem dando prioridade a negociação de desapropriação da área e indenização. A segunda foi uma ação movida pela Prefeitura Municipal de São Paulo referente a uma área desapropriada da gleba para a construção de uma escola. Neste caso, em um acordo, as famílias foram realocadas para outra área da ocupação com a orientação da Associação de Moradores (OLIVEIRA, 2021).

Em contraponto às ameaças de despejo, a Associação de Moradores fomenta ações de organização e resistência que combina participação e luta por direitos em espaços convidados como conselhos municipais e articulação para inclusão no programa de Regularização Fundiária de Reurb-S, bem como a criação de espaços inventados que abrangem desde manifestações em espaços públicos até a elaboração de plano popular e mutirões de autoconstrução (Figura 5), sem a provisão efetiva do Estado, na perspectiva da implementação de processo de urbanização popular com a coordenação técnica, a partir de 2019, da Peabiru TCA.

Figura 4. Vista 1 Ocupação Anchieta-Grajaú; Figura 5. Convite de evento da construção dos embriões.



Fonte: Figura 4 - arquivo pessoal de Francisco Comarú; Figura 5 - arquivo da Ocupação Anchieta.

A luta pela consolidação do assentamento e sua inserção na cidade legal ganhou força a partir dos processos de negociação com o Instituto Anchieta Grajau para negociação da área, a inclusão no programa Reurb-S para a regularização fundiária e as referidas ações de urbanização popular com apoio da defensoria pública. Desde 2020, ocorrem frentes de negociação com a Prefeitura Municipal e outros agentes, contemplando o envio do plano de urbanização para a Sabesp de modo a reforçar o processo de REURB-S junto à SEHAB; solicitação do instrumento de Transferência do direito de construir (TDC) e; diálogo com o conselho gestor de ZEIS. No entanto, conforme lideranças comunitárias, elas enfrentam uma falta de efetividade da ação pública.

Dado o contexto, a implementação do plano popular segue a lógica do urbanismo insurgente, fomentando a transformação do território e dos agentes envolvidos no processo, sendo ao mesmo tempo um instrumento de negociação com os proprietários, luta por direitos junto poder público e um guia de autourbanização (OLIVEIRA, 2021), constituindo-se em mais um instrumento metodológico e processual da práxis do planejamento e gestão do território.

Assentamento do MST Dom Tomás Balduíno

A Comuna da Terra Dom Tomás Balduíno é um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Localiza-se no município de Franco da Rocha, Região Metropolitana de São Paulo, onde atualmente vivem 85 famílias em 63 lotes, com a Concessão de Permissão de Uso da Terra por 99 anos, podendo ser transferido aos filhos.

Comuna da Terra é um modelo de ocupação de terras do MST que visa incluir a população urbana na reforma agrária em ocupações próximas de áreas urbanas, ganhando, então, o acesso às infraestruturas das cidades. É resultado de reflexões dos dirigentes do MST a respeito do esvaziamento do campo e da situação de desemprego ou subemprego nas cidades, que pedia uma forma alternativa de assentamento. Hoje

há três Comunas da Terra na RMSP: Dom Tomás Balduíno, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga. A maioria das famílias que ocupam estas áreas estava em situação de rua. Boa parte eram de origem rural e não conseguiram se estabelecer na cidade. (RAGGI, 2014).

As famílias da Comuna Dom Tomás Balduíno foram mobilizadas através da Fraternidade Povo de Rua, que as colocava em contato com o trabalho de base do MST. No início eram 370 famílias mobilizadas em uma ocupação na cidade de Arujá, em 2001. Dois meses depois, houve reintegração de posse e então as famílias deixaram a propriedade para ocupar a área atual, em Franco da Rocha, onde 150 famílias deram origem ao Acampamento Dom Tomás Balduíno. A luta pela regularização para assentamento da reforma agrária envolveu reintegração de posse, transitoriedade de moradia entre São Paulo e São Lourenço, ocupações e marchas. Até que em 2002, o Estado criou o assentamento por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP (RAGGI, 2014).

Cerca de 60% da Comuna é Área de Proteção Permanente, restando apenas 40% da área para produção agrícola (Figuras 6 e 7). Nesta área voltada para a produção estão os 63 lotes divididos em 3 núcleos: Vermelho, Verde e Roxo, com áreas coletivas de produção e áreas coletivas de convívio (um auditório e posto de saúde). As áreas coletivas de produção ainda não foram liberadas pelo ITESP por restrições burocráticas e ambientais.

As famílias residem em casas (Figura 8) que foram projetadas pela assessoria técnica Usina, com financiamento da Caixa Econômica Federal. Todo o processo de projeto iniciou em 2005, com a extensão universitária da FAU-USP e no ano seguinte, o movimento convidou a Usina, que continuou o processo participativo. A construção das casas em mutirão autogerido aconteceu de 2006 a 2008, com uma brigada permanente de pedreiros e ajudantes, além da participação das próprias famílias no mutirão.

Figura 6. Produção de hortaliças; Figura 7. Produtos – mel, vinho, pimenta em conserva; Figura 8. Tipologia de casa do assentamento.



Fonte: fotos dos autores, 2022.

Assim como outros movimentos insurgentes, a história da Comuna Dom Tomás Balduíno é uma trajetória de lutas. Ao ter acesso à terra, as famílias tiveram que lutar pelo financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, pelo acesso ao financiamento das casas, a própria construção das casas. Tal trajetória abarca ainda, entre outras a luta para que o transporte escolar viesse buscar

e levar as crianças da Comuna, além da execução de manutenção da estrada de acesso que permita o tráfego dos alunos. Outras lutas seguem como, por exemplo, o desafio da comercialização e escoamento da produção, até o permanente trabalho de mobilização dos moradores e produtores para o trabalho coletivo.

Tekoa Yvy Porã

A aldeia Tekoa Yvy Porã (Figuras 9 e 10) é uma das seis aldeias localizadas na Terra Indígena (TI) Jaraguá, em São Paulo, na região noroeste da capital, onde encontra-se também o Parque Estadual do Jaraguá. A área, tangenciada pelas rodovias Rodoanel, Bandeirantes e Anhanguera, possui 532 hectares - não homologada - abriga cerca de 700 pessoas, sendo 400 crianças e adolescentes, da etnia Guarani Mbya que estão divididas em seis núcleos autônomos: Tekoa Ytu, Tekoa Pyau, Tekoa Ita Wera, Tekoa Ita Edy, Tekoa Yvy Porã e Tekoa Itakup.

Figura 9. Entrada da aldeia Tekoa Yvy Porã; Figura 10. Vista interna da casa de reza – OPY.



*Os dados podem apresentar imprecisões devido às limitações nos mecanismos de busca e à irregularidade na citação das siglas de agências, sendo o levantamento apenas ilustrativo.
Organização própria. Fonte: *Websites* dos noticiários.

Cada aldeia possui sua própria organização, suas lideranças e promove ações independentes que visam desenvolver a comunidade, aproximar a população da cidade e desmistificar a cultura para os "não-indígenas", essa abertura é considerada por eles uma forma de diminuir o preconceito e estigmas, propiciando visibilidade a seus modos de vida, suas reivindicações, bem como auxilia na ampliação da rede de proteção e segurança da comunidade, bem como de preservação da área. A vida próxima da cidade grande é muito pesada e violenta para os mais velhos. Por isso, os moradores

da aldeia são majoritariamente jovens, pois os mais velhos foram para outras aldeias mais afastadas onde o contato com não-indígenas ainda é menor.

Atualmente os indígenas da região vêm sofrendo com o crescimento da cidade, a intensa especulação imobiliária, a questão fundiária e o litígio com famílias não-indígenas, o que resulta no aumento da violência e hostilidade. A TI Jaraguá foi demarcada em 1987 com apenas 2 hectares, sendo a menor terra indígena do país. Em maio de 2015, a Portaria nº 581 atendeu uma antiga exigência dos Guarani, que reivindicavam o reconhecimento de uma área maior, de 532 ha, incluindo o Pico do Jaraguá e uma gestão compartilhada com o Parque Estadual. A ampliação da Terra Indígena já havia sido declarada e reconhecida pela FUNAI, mas em 2017, sob governo Michel Temer, o Ministério da Justiça anulou a portaria nº 581/2015[7] alegando "erro administrativo no procedimento inicial", que reduziu a área à dimensão homologada inicialmente.

A TI encontra-se em processo de disputa judicial enquanto cresce a especulação imobiliária no entorno. Em 2020, indígenas protestaram e ocuparam[8] um terreno vizinho à comunidade que se encontra sob propriedade da construtora Tenda, onde há autorização para a construção de moradias populares. O terreno está em disputa e a anulação da demarcação em nível federal configura um alinhamento ideológico neoliberal e político com os interesses do governo estadual, municipal e iniciativa privada para a região.

Além disso, inexistem políticas públicas específicas para a área, apesar da presença de uma Unidade Básica de Saúde e de uma escola estadual. Segundo entrevista com o cacique Verá Mirim Márcio Mendonça Boggarim, ambos os serviços são insuficientes para atender a população local, não possuem estrutura adequada e não atendem às demandas multiculturais garantidas na Constituição Federal. Além disso, o diálogo com o poder público é frágil e desgastante, pois em cada gestão há um caminho diferente.

De acordo com os indígenas, a área é tradicional e historicamente território Guarani, etnia presente em todo o Estado de São Paulo e centro-sul brasileiro. Eles originalmente habitavam a localidade, porém circulavam em função do seu modo de vida nômade e rito espiritual que tinha no caminhar uma jornada sagrada. Atualmente esse modo de vida está comprometido, segundo Márcio Boggarim, os indígenas sofrem com atropelamentos nas rodovias, preconceito e com a dificuldade de atravessar as fronteiras.

---

7 MINISTÉRIO da justiça anula reserva indígena do Pico do Jaraguá. Portal G1, São Paulo, 21 de ago. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ministerio-da-justica-anula-reserva-indigena-do-pico-do-jaragua.ghtml>. Acesso em 13 de set. de 2022.

8 GAVIOLI, Bruna & RODRIGUES, Rodrigo. Indígenas ocupam terreno particular no Jaraguá para protestar contra a derrubada das árvores. Portal G1, São Paulo, 30 de jan. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/indios-ocupam-terreno-particular-no-jaragua-para-protestar-contra-a-derrubada-de-arvores.ghtml>. Acesso em 13 de set. de 2022.

Confluências, possibilidades e dilemas das práticas insurgentes

A análise dos casos empíricos estudados possibilita a identificação de confluências que apontam possibilidades e limites ou dilemas destes movimentos de insurgência. Aqui elencamos de forma sintética as seguintes *ideias-chave*: (1) *Espaços de insurgência* – os movimentos de luta territorial ou por moradia como lócus da insurgência e *práticas de planejamento* – o tensionamento das práticas dominantes de planejamento apontando novas possibilidades e práxis de planejamento e ao planejador; e (2) *A luta como prática de inserção social* – de grupos vulnerabilizados e marginalizados para os quais as políticas públicas não logram alcançar de forma efetiva possibilidades de inclusão ou inserção social e os *dilemas da (des)mobilização* – os enfrentamentos que geram a mobilização por vezes também resultam na desaglutinação, apontando limites da conscientização ou a força do processo de alienação.

Espaços de insurgência e práticas de planejamento

A luta por cidadania, território e moradia está intrinsecamente ligada à desigualdade e assimetrias de acesso à direitos, apontando contradições e limites dos sistemas econômicos e políticos vigentes, bem como das políticas públicas. Pode, então, parecer óbvio definir os movimentos sociais como insurgentes. Ainda assim, parece ser relevante trazer à luz a força de ações observadas ou experiências relatadas nos casos estudados.

É importante notar o contexto como, muitas vezes, são tratadas ou compreendidas tais insurgências a partir de discurso dominante – não como reivindicação de direitos necessários à reprodução social, mas como ação marginal contra o direito à propriedade e à ordem. Considerando a importância de contrapor tal perspectiva repercutida por parte da mídia e parte da elite dominante, relatamos aqui algumas práticas e fatos do histórico dos movimentos estudados.

Cabe retomar a ideia trazida por Miraftab (2009) sobre a contraposição entre espaços *convidados* ou *concedidos* – como definimos aqui[9] – e os espaços *inventados* de modo a expor mazelas e contradições a que estão submetidos grupos sociais vulneráveis, ampliando a reivindicação por direitos em forma ou proporção não possível de ser efetivada ao *modus operandi* das práticas institucionais do planejamento participativo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é, possivelmente, o mais emblemático movimento social do Sul Global. É da atuação do MST que se originam ações que culminaram com a Comuna Dom Tomás Balduíno, no município de Franco da Rocha. A ocupação das terras já previamente previstas pelo Governo do Estado de São Paulo para a Reforma Agrária por pessoas em situação de rua – a partir de mobilização da Fraternidade Povo de Rua do MST, em 2001, ilustra a inércia do Poder Público em efetivar ações que visam a atender um passivo histórico brasileiro: o

9 Miraftab (2009) utiliza o termo *invited spaces* – de tradução literal para espaços convidados, que entendemos, porém ser melhor definido como espaços concedidos.

acesso à terra pelo trabalhador rural e o estímulo à agricultura familiar. Conforme informações obtidas em entrevista, a área de cerca de 600 hectares era destinada para Reforma Agrária desde a década de 1990. Entretanto, a gestão municipal à época da ocupação inicial, em 2001, priorizava reverter tal destinação para o uso industrial – em localidade com cerca de 42 nascentes mapeadas – e em decorrência houve uma reintegração posse executada de forma ilegal, sem mandato.

Somente em 2005, após decisão judicial que obrigava a destinação da área para Reforma Agrária é que o assentamento foi implementado pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP). Cabe aqui apontar outro esforço de insurgência, a seleção das famílias que iriam compor o assentamento obedeceu a critérios de participação e engajamento do MST – prevendo prioridade para idosos e famílias com crianças, bem como adesão às regras de convivência, contrapondo-se a critérios estabelecidos inicialmente pelo ITESP que implicaria na inserção de outras famílias no assentamento e a divisão de terras sem áreas coletivas. O caráter insurgente do MST inicia no modelo de Comuna da Terra e atravessa toda produção (Figura 11) - que é agroecológica, orgânica, com o objetivo da preservação ambiental e do fornecimento de alimentação de qualidade – e a vida cotidiana das famílias, que precisam frequentemente combater o preconceito contra os sem-terra, pelo acesso às políticas públicas como o transporte escolar, o atendimento social e de saúde. Tudo é conquistado através da luta.

Figura 11. Vista de porção do assentamento da Comuna MST Dom Tomás Balduíno: plantação de feijão andú e girassol falso para recuperação de solo.



Fonte: Foto dos autores, 2022.

O cumprimento da função social da propriedade e da cidade é um desafio para a política urbana. A não observância deste princípio pelo Poder Público, bem como a carência de políticas e de investimentos públicos na provisão habitacional são alguns dos fatores que condicionam um cenário a problemática do acesso à moradia por famílias de baixa renda. Neste contexto, a luta por direito à moradia e, mais

especificamente, por moradia localizada em regiões centrais tem longa trajetória no histórico das principais cidades brasileiras.

As ocupações por famílias sem teto de edifícios ociosos na região central ganharam maior espaço no debate público com o advento do incêndio do Edifício Wilton Paes de Almeida – na região central da cidade de São Paulo, ocorrido em 1º de maio de 2018 (Figura 12).

Figura 12. Famílias desabrigadas acampadas no Largo do Paissandú no entorno da Igreja Ns S. do Rosário dos Homens Pretos, após o incêndio do Ed Wilton Paes. Ao fundo a Igreja Luterana ao lado do local do edifício.



Fonte: Foto dos autores (em 2018).

A partir de tal evento, a Prefeitura de São Paulo articulou iniciativa de levantamento das ocupações que mapeou 51 ocupações na região central à época, onde residiam pessoas em situação de vulnerabilidade – famílias de baixa renda, chefiadas por mulheres, idosos, crianças e imigrantes de diferentes nacionalidades. Cabe destacar que os dados do levantamento 57% das ocupações estão vinculadas a movimentos sociais "fator que converge para algum nível de organização" e 52,08% estavam com Dívida Ativa junto à municipalidade (PMSP, 2018). Não obstante à dimensão da problemática da moradia na cidade, o que se observou na época foi uma dinâmica de criminalização das ocupações e perseguição a lideranças de movimentos sociais, incluindo a prisão contestada de algumas das lideranças.

Após a terrível gestão federal da pandemia de Covid-19 (MIRANDA, 2021), observa-se o agravamento das condições de vida de populações vulneráveis, com destaque para o problema da moradia na região central da cidade refletido no aumento

significativo de pessoas em situação de rua[10] – decorrência do desemprego e impossibilidade de pagamento de aluguel.

Nesse contexto, a Frente de Luta por Moradia (FLM) organiza em novembro de 2021 a Ocupação Penha Pietra – envolvendo cerca de 80 famílias sem-teto (260 pessoas) – especialmente mulheres e crianças. A ação se configura como uma iniciativa insurgente perante à inoperância de políticas públicas de acesso à moradia de interesse social, e se caracteriza pela ousadia dada a localização da ocupação: um edifício de 10 andares onde funcionava um antigo hotel e que se situa nas proximidades da Avenida Paulista e rua da Consolação, um dos endereços de maior valorização pelo mercado imobiliário.

A experiência de organização da Ocupação Anchieta destaca papéis, metodologias e processos que contribuem para o arranjo da construção da cidade popular, que lida com as urgências cotidianas com ou sem políticas públicas presentes. Destacam-se o papel: (a) das organizações de base - a Associação Comunitária Anchieta na mobilização local, articulação política e gestão socioespacial cotidiana do território; (b) dos movimentos sociais, neste caso a União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular (UNMP) como um importante articulador da rede em defesa de causas como o direito à cidade e moradia, a formação de lideranças, a articulação de parcerias no fortalecimento da luta coletiva no acesso à direitos; (c) das assessorias técnicas como o Centro Gaspar Garcia e Peabiru TCA e da defensoria pública à serviço de uma camada da população que normalmente não dispõe de especialistas do direito, arquitetura, engenharia, urbanismo, serviço social que são fundamentais para a materialização das transformações socioespaciais almejadas; (d) de universidades como parceiros estratégicos na produção de pesquisa e extensão aplicadas ao território como o Lab Hab – FAU USP e Universidade de Michigan; e (f) de agentes financiadores que hoje vem através de editais, filantropos, autarquias e fundações – como é o caso do Edital CAU e Selavip.

Nas metodologias e processos se observa um conjunto de instrumentos que contribuem para a construção de uma outra lógica de participação e função social da propriedade para além da construção socioespacial e lógica de mercado. Isso fortalece os sentidos de autonomia, emancipação e pertencimento, buscando interromper ciclos de transitoriedade permanente, desenraizamento e vulnerabilidade.

Toda dinâmica de luta e insurgência, de resistência (pelo direito à existência), não pode ser dissociado do histórico brasileiro de colonização dominação, subjugamento, escravização e expropriação dos povos que aqui viviam e de pessoas negras trazidas da África. Dominique Perrot (2008) fala da ideia de desenvolvimento

10 Segundo levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLOS-UFMG), há apenas na cidade de São Paulo mais de 42 mil pessoas, das quais 5 mil foram parar nas ruas neste ano. Fonte: PESQUISA mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal; número chega a 42 mil pessoas. Portal G1, São Paulo, 9 de set. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml>. Acesso em 16 de set. de 2022.

como um fetiche ocidental, posto como um processo linear e irreversível, porém estruturado por uma racionalidade econômica, que tem por objetivo justificar a desapropriação e o desaparecimento físico ou o sobrepujar dos povos indígenas para exploração dos recursos naturais. Neste contexto, as populações indígenas são historicamente expropriadas de seus territórios e depreciadas em relação aos seus costumes, cultura e conhecimento. Krenak (1992) descreve a relação dos povos indígenas com o território:

> Ali onde estão os rios, as montanhas, está a formação das paisagens, com nomes, com humor, com significado direto, ligado com a nossa vida, e com todos os relatos da antiguidade que marcam a criação de cada um desses seres que suportam nossa passagem no mundo. Nesse lugar, que hoje o cientista, talvez o ecologista, chama de habitat, não está um sítio, não está uma cidade nem um país. É um lugar onde a alma de cada povo, o espírito de um povo, encontra a sua resposta, resposta verdadeira [...] Tomara que a palavra habitat tenha esse sentido que estou pensando, que ela não seja só um sítio, uma cidade, ou lugar só na geografia, que ela tenha também espírito, porque, se ela tiver espírito, então eu consigo expressar uma ideia que aproxima, para você, o lugar de onde estou tentando contar um pouco da memória que nós temos de criação do mundo, quando o tempo não existia. (KRENAK, 1992, p. 201)

A insurgência dos moradores da aldeia Tekoa Yvy Porã é resistir pelo direito a seu território e à própria existência. Conforme relata a liderança da aldeia, para lidar com as investidas contra seu povo, os Guarani se preparam espiritualmente por meio da cosmovisão da etnia com rezas, rituais, danças, medicina indígena e formas de consultar as palavras de sabedoria dos ancestrais. Para sobreviver, a maioria trabalha com artesanato de forma tradicional, atividades educacionais abertas que geram renda e doação de alimentos para a aldeia, além de projetos culturais vindos de editais públicos. Após séculos, afirmam que ainda não se superou o fetiche pela ideia de *desenvolvimento* que ameaça apagar e sobrepujar povos que se negam a fazer parte da lógica capitalista (KRENAK, 1992). Desse modo, se insurgir é, além de resistência, também um ato de existência.

De acordo com Miraftab (2009), o planejamento insurgente se caracteriza pelo enfoque maior no *planejamento* e *suas ações* do que no *planejador* em si, destacando as práticas que se contrapõe à lógica dominante que limita a materialização de direitos por moradia ou pelo território. Dessa maneira, o planejamento insurgente vem desconstruir a ideia do planejador que atua isoladamente, em oposição ao planejamento tradicional. A autora ressalta que a atividade de planejamento insurgente ultrapassa as práticas tecnicistas e burocráticas e passa a reconhecer e destacar as práticas cotidianas, determinadas por comunidades marginalizadas e informais.

Nesse sentido, para a autora, as práticas insurgentes de planejamento revelam limites do planejamento colaborativo ou participativo que se tornou, muitas vezes, cúmplice da governança neoliberal. O trabalho de assessorias técnicas como a Usina e a Peabiru TCA, que auxiliaram nos projetos da Comuna Dom Tomás Balduíno e da

Ocupação Anchieta respectivamente trazem a perspectiva da práxis do planejador ao lado de movimentos insurgentes.

Primeiramente, as assessorias reconhecem as ocupações urbanas e rurais como "espaços de representação" e de "reinvenção do cotidiano", na concepção de Randolph (2007). As assessorias executam um "modo de planejar" que dá uma diretriz, mas que está sempre flexível às condicionantes do movimento e das famílias - diferente do planejamento tradicional, em que as condicionantes são dadas pela burocracia estatal ou pelo tempo do capitalismo, como é o caso da Ocupação Anchieta-Grajaú: "Planejar caso a caso ou 'casa a casa'". São assessorias que reconhecem as práticas informais de organização do território, respeitando o tempo de cada família para fazer as mudanças de lote, por exemplo, ou que considera as especificidades de cada família para proporcionar um resultado equânime.

Além disso, as assessorias promovem um saber que resiste às práticas neoliberais de acesso ao crédito e produção privada massiva de unidades habitacionais padronizadas, mostrando que a questão habitacional vai além de um atendimento à demanda. Para além das práticas participativas, as assessorias trazem do planejamento subversivo, a superação do que Randolph (2007, p. 9) chama de "colonização do cotidiano (mundo da vida) por representações do espaço que expropriam a população de seus espaços de representação". Um exemplo disso é a estética de seus projetos, que muitas vezes rompem com a estética da produção estatal ou de mercado, para proporcionar materiais de qualidade e conforto ambiental.

A luta como prática de inserção social e os dilemas da (des)mobilização

Marx (2008)[11] afirma que a forma de organização dos meios de produção, que ele denomina "infraestrutura", condiciona a vida social, política, cultural e intelectual, denominada "superestrutura". Com efeito, observa-se as políticas governamentais priorizando, historicamente, o favorecimento às formas de acumulação de capital – a partir da exploração entre classes sociais, resultando na vulnerabilização da população à margem do sistema econômico e do exercício ou acesso à direitos básicos. A implementação, por um Estado orientado pelos interesses dominantes, de políticas públicas que permitem um acesso limitado à inclusão social – em especial considerando a condição de pessoas precarizadas ou em situação de rua, configuram-se como um problema aparentemente "sem solução" – tem induzido ações de apagamentos, remoções forçadas ou higienistas.

Por outro lado, é possível verificar a contribuição dos movimentos sociais para inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade – a partir de práticas originadas da luta como resistência aos interesses de acumulação do capital. Boulos (2016) indica a correlação entre depressão e isolamento social, bem como de remissão de sintomas depressivos a partir do envolvimento nas ações coletivas por parte de pessoas envolvidas em ocupações do MTST[12]. Ainda conforme Boulos (2016), a melhora

11 Obra originalmente publicada em 1859.

12 MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

observada em sintomas depressivos a partir da participação em ocupações do movimento se relaciona com questões centrais para este processo: a ampliação das relações sociais, o reconhecimento e acolhimento pelas pessoas, o resgate da autoestima, o vínculo de solidariedade e o pertencimento. Além disso, as mobilizações "permitem aos sujeitos ocupar um papel de protagonista, ganhando visibilidade e voz para seus problemas comuns" (BOULOS, 2016, p. 92-93). Neste contexto é importante observar o conceito de aprendizagem social defendido por Jacobi (2012) que pode ser entendido como a capacidade de adaptação ou resiliência que determinado grupo social envolvido em processo de participação ou governança tem de evoluir com conflitos e problemas.

É possível identificar evidências de acolhimento e potencial de inserção social de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, a partir de ações de mobilização social e organização coletiva – conforme verificado na Ocupação Penha Pietras e Comuna Dom Tomás Balduíno.

Na autogestão da Ocupação Penha Pietras, assim como em outras ocupações, existe um modo de 'saber fazer' – metodologia de organização popular e gestão coletiva que inclui formações e encontros periódicos; atendimento social para acesso a políticas públicas - sociais, saúde, educação; apoio na busca de oportunidades de trabalho; realização de atividades de cuidado coletivo como recreação infantil e eventos; acordos de convivência e mediação de conflitos; revezamento em serviços coletivos como limpeza dos andares. Conforme entrevista com a liderança, a manutenção e a melhoria do imóvel são financiadas, em parte, por uma contribuição mensal de R$250,00 por família que pode também ser paga, em alguns casos, por troca de serviços como portaria noturna e limpeza dos espaços coletivos etc. Tudo isso, com o suporte de uma equipe da FLM, sendo uma coordenadora local e uma coordenadora regional.

Em relato a entrevista do Jornal O Globo, uma das moradoras da Ocupação Penha Pietras resume bem a invisibilidade das pessoas em situação de rua e o trabalho de resgate humano e social realizado pela FLM. Evellyn, grávida, antes vivia na rua e não conseguia fazer os exames pré-natal por não ter endereço fixo: "Eu não podia fazer o exame porque não tinha nem endereço. Agora é como se eu passasse a existir para o sistema." A história de Mauro Evangelista, líder da Comuna da Terra Dom Tomás Balduíno, é também exemplo da ação de resgate e inserção social de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade:

> Antes de conhecer o movimento, eu era alcoólatra e morador de rua. Eu tinha perdido aquela família ali que vocês viram. Fazia dois anos que eu morava na rua, na porta do bar [...]. A Frente de Massa, do MST, é o primeiro a fazer contato com as famílias em situação precária para a conquista da terra [...] Lembro de uma situação em que eu estava deitado na porta do bar e alguém passou no caminho da escola e gritou "Sai daí, cachorro!". ...Então, eu estava me sentindo um 'ninguém'. [...] Quando o setor de produção e trabalho de base passou convidando as pessoas, falando do movimento, parou

> na mesa em que eu estava e mais algumas pessoas. ...Aí eu fui [...]. Chegando lá, o pessoal falando do movimento, falando dos direitos, quando uma pessoa perguntou assim "Mas isso é legal?". Uma coisa que eu sempre tive comigo, o que está na constituição é lei, tem que acontecer. Aí alguém falou assim "Vou te falar da constituição." [...] Abriu até o caderno. "Está aqui na constituição: o direito da reforma agrária". Aí aquilo me animou. [...] Até aí eu não sabia que todo brasileiro tinha direito a uma casa e a um trabalho digno...que toda terra ociosa, improdutiva, que não cumprisse a função social tem que ser destinada a reforma agrária. Eu olhei assim, eu fiz algumas perguntas, ele falou da lei da terra na constituição, mas eu falei "Por que tem que entrar em uma terra de madrugada?". Ele respondeu assim: "Na verdade, é o seguinte... entrar na terra que a gente fala é ocupar a terra, ocupar um espaço vazio. A gente não invade terra, a gente está ocupando um espaço vazio, que não está cumprindo a função social." Eu me interessei. E aí também fiz o cadastro. Dois anos depois recuperei minha família, que é aquela que vocês viram lá." (Entrevista com Mauro Evangelista, liderança da Comuna da Terra Dom Tomás Balduíno, em 12 de agosto de 2022).

Milton Santos (2007) aborda a importância do território para a existência da cidadania concreta, o acesso à direitos sociais e à cidade. Em sua visão, é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescinda do componente territorial (SANTOS, 2007), na perspectiva de que a sociedade civil não se pode definir fora do território. É no território que indivíduos marcados por uma consciência e postura de consumidor ou de cidadão, de moradores ou de parte de uma comunidade autêntica, realizam o cotidiano, a luta e a imaginação de outros futuros possíveis. Além disso, como afirma o autor,

> A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções (SANTOS, 2007, p. 20).

A luta por cidadania não se encerra na ocupação, na conquista da terra ou da moradia, a luta continua para a transformação das estruturas sistêmicas e o acesso a outros direitos como educação, saúde, assistência social e cultura. Esse processo de engajamento é pedagógico para a produção de cidadania – e de cidadãos.

Como menciona Santos (2007), a cidadania é uma conquista a se manter. No entanto, cabe destacar que a pesquisa revelou dilemas da mobilização e desmobilização, sobretudo nas conversas realizadas com lideranças. Os desafios de desmobilização identificados eram, dentre outros fatores, decorrentes: (a) da exaustão e sobrecarga de lideranças; (b) da negligência do Estado e ausência ou contraposição de políticas públicas; (c) da insuficiência de assessoramento técnico nas mais diversas áreas para processos de ocupação e pós ocupação; (d) da necessidade de sobrevivência diária na conjuntura de crise e aprofundamento do capitalismo

neoliberal; (e) da imposição de padrões de consumo e facilidades de alienação apresentadas às novas gerações no convívio cotidiano com outros grupos sociais; (f) das vulnerabilidades socioespaciais presentes no cotidiano e que atravessam as vidas de indivíduos e coletivos como as questões de raça, gênero e classe. A fome, o desemprego, as violências domésticas, a saúde mental, a precariedade habitacional são algumas das questões urgentes da gestão cotidiana; e (g) as dinâmicas de ciclos de mobilização que se encerram e precisam ser reiniciados para o alcance de novos direitos e processos de transformação.

No caso da Comuna Dom Balduíno, é necessário ressaltar a luta para que fosse possível produzir e escoar a produção de alimentos para a cidade. A Comuna viveu uma contradição durante anos: estar dentro da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, muito próximo de um mercado com elevada demanda por alimentos e ao mesmo tempo não conseguir vender seus produtos. Situação que mudou nos últimos anos, quando o MST montou o Armazém do Campo (loja de produtos do movimento) e a Cooperativa Terra e Liberdade (que monta cestas de produtos orgânicos do movimento), além do Programa de Aquisição de Alimentos da Prefeitura de Franco da Rocha, que compra parte da produção dos assentados para disponibilizar a Cesta Verde às famílias em situação de vulnerabilidade do município.

Apesar da situação de luta permanente, nem todas as famílias estão permanentemente mobilizadas. Mauro Evangelista, liderança da Comuna, citou o período da construção das casas como o de maior engajamento nas ações coletivas. Depois dessa conquista mais significativa, muitas famílias foram aos poucos se distanciando da luta. Vários fenômenos, como já citados acima, contribuem para a desmobilização: a lógica capitalista neoliberal, que traz necessidades de consumo da cidade; o avanço da extrema direita e a ação de igrejas neopentecostais no cotidiano dessas pessoas; a pressão do Estado com a lógica de propriedade privada; a ausência de incentivos para a mobilização ou de processos mediados por assessorias técnicas; e a ineficiência das políticas públicas para a permanência das famílias no campo, entre outros.

O exercício da coletividade, da participação social e política têm um papel de habilitação do indivíduo como cidadão de direitos e sujeito coletivo, podendo favorecer o sentido de pertencimento ao território. E aqui se destaca o papel integrador das associações, organizações da sociedade civil, movimentos sociais propiciando uma mediação social entre os agentes portadores de direitos e o governo. Como afirma Santos Jr. (2015), a sociedade civil se torna a base das esferas públicas e possibilita inclusive a disputa em torno dos direitos.

Considerações finais

As práticas insurgentes de luta por território e moradia que emergem em todo o território, como as apresentadas nesse artigo, oferecem reflexões acerca da práxis do planejamento e gestão do território, na produção do espaço em um contexto de aprofundamento de um Estado neoliberal – que, orientado à priorizar os interesses de acumulação, não logra implementar políticas efetivas de inclusão social. Tais práticas

apontam possibilidades, num cenário de conflitos e crise da democracia, de libertar o imaginário em busca de estratégias que disputem a construção digna de uma cidade popular. Ao mesmo tempo, ocupando espaços de participação institucionais e criando espaços inventados por meio de ações transgressoras que pressionem o Estado e suas instituições na elaboração de políticas públicas.

Assim, as trajetórias vivenciadas pelas ocupações e movimentos sociais podem ser entendidas como um campo de resistência, um espaço de construção da cidadania insurgente e da descolonização das práticas na experimentação de estratégias, processos e metodologias para a organização coletiva, a construção de comunidade, o enfrentamento das desigualdades socioespaciais e a busca da emancipação. Alguns dos pontos identificados a partir das experiências estudadas merecem ser observados e, possivelmente, suscitam uma potencial agenda de pesquisa: as práticas de planejamento popular ou insurgente e o alcance da ação coletiva e da mobilização para a inserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Tais experiências apontam caminhos e potencialidades. Propostas que já constam no repertório de ação dos movimentos e do Estado, como as Parcerias Público Populares[13], que permitiriam dar função social a propriedade em imóveis abandonados no Centro de São Paulo e atender à população de baixa renda, a urbanização de assentamentos precários com apoio de assessorias técnicas e movimentos sociais fortalecidas por políticas públicas que deem suporte e fomentem a autogestão, o fortalecimento da agricultura familiar e aquisição de alimentos em assentamentos da reforma agrária próximos a centros urbanos, produzindo alimentos para programas sociais, o fortalecimento de ações de extensão universitária conectadas com as ocupações e a aprendizagem socioambiental a partir dos modos de vidas de povos e comunidades tradicionais são algumas das práticas que poderiam ser aprimoradas no planejamento e gestão compartilhada de territórios.

13 "Parceria Público Popular: uma proposta social contra a especulação imobiliária". CartaCapital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/parceria-publico-popular-uma-proposta-social-contra-a-especulacao-imobiliaria/> Acesso em 12/09/2022.

Bibliografia

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e participação no Brasil democrático*. In: ____ (org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009. p. 27-54.

BONDUKI, Nabil. Décadas perdidas ou tempos de utopia e esperança? In: _____. *Os pioneiros da habitação social*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc, 2014. p. 78-105.

BOULOS, Guilherme Castro. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências – Programa de Psiquiatria). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 124, 2016.

GAVIOLI, Bruna & RODRIGUES, Rodrigo. *Indígenas ocupam terreno particular no Jaraguá para protestar contra a derrubada das árvores*. Portal G1, São Paulo, 30 de jan. de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/30/indios-ocupam-terreno-particular-no-jaragua-para-protestar-contra-a-derrubada-de-arvores.ghtml> Acesso em 13 de set. de 2022.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

JACOBI, P. R. *Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade*. In: PHILIPPI, A. (Orgs). Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade. São Paulo: Editora Manole, 2012. p. 343-361

LÍDERES de movimentos de moradia são presos em investigação sobre desabamento de prédio no Largo do Paissandu. *Portal G1*, São Paulo, 24 de jun. de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/24/lideres-de-movimentos-de-moradia-sao-presos-em-investigacao-sobre-desabamento-de-predio-no-largo-do-paissandu.ghtml>. Acesso em 07 de set. de 2022.

KRENAK, Ailton. *Antes, o mundo não existia.* In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2008

OLIVEIRA, Beatriz Mendes de. *Ocupação Anchieta*: conflitos e experiências na luta por moradia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARICATO, Ermínia. *O nó da terra*. Revista Piauí, ed. 21, jun. 2008. Disponível em: piaui.folha.uol.com.br/matéria/o-no-da-terra/. Acesso em: 6 set. 2022.

MARICATO, Ermínia. *Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação*. Cadernos Metrópole, nº 21, p. 33-52, 2009.

MARICATO, Ermínia. *Brasil Cidades: alternativas para crise urbana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008 [1859].

MINISTÉRIO da justiça anula reserva indígena do Pico do Jaraguá. *Portal G1*, São Paulo, 21 de ago. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ministerio-da-justica-anula-reserva-indigena-do-pico-do-jaragua.ghtml > Acesso em 13 de set. de 2022.

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: Situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32–50, 2009.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra (org.). *As metrópoles e a covid-19*. Dossiê nacional: volume II – Rio de Janeiro. Observatório das metrópoles, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos estudos CEBRAP* [online], n. 74, p.67-85, 2006.

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento "circular"? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.

PESQUISA mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal; número chega a 42 mil pessoas. *Portal G1*, São Paulo, 9 de set. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml> Acesso em 16 de set. de 2022.

PMSP – Prefeitura de São Paulo. *Situação das Ocupações na Cidade de São Paulo*. PMSP, 2018

POVO Guarani. *Povos indígenas no Brasil*, s. d. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani > Acesso em 13 de set. de 2022.

RAGGI, R. V. *O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-29072014-170607/publico/Tese_Roberta_Vieira_Raggi.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento subversivo. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1 ago. 2007.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7ª Edição. São Paulo: Edusp, 2007 [1987].

SANTOS JÚNIOR, Orlando. Participação e Insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. *Revista e-metropolis*, v. 10, n. 39, p. 13-25, 2019.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

TATAGIBA, Luciana & TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Movimentos sociais e políticas públicas no ciclo dos governos petistas: a controversa novidade dos programas associativos. In: _____ (org.). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 23-47

Agradecimentos

Agradecemos aos professores Francisco Comarú e Ricardo Moretti, bem como às lideranças e moradores das ocupações e movimentos insurgentes aqui mencionados, em especial à Mauro Evangelista (Dom Tomás Balduíno), Welita Caetano (FLM – Penha Pietras), Anderson Fernandes Macial (Ocupação Anchieta-Grajaú) e Cacique Verá Mirim Márcio Mendonça Boggarim (Tekoa Yvy Porã).

Conflicts and insurgencies: experiences of the struggle for territory and housing in the Metropolitan Region of São Paulo

This article presents an analysis of the current context of insurgent dynamics in the Metropolitan Region of São Paulo. Through the investigation of four experiences of struggle for housing or territory, the article seeks to discuss possibilities, limits and dilemmas of these processes. The insurgent experiences investigated are Ocupação Penha Pietras, Ocupação Anchieta-Grajau, the MST settlement Dom Balduíno and the indigenous community Tekoa Yvy Porã. The methodology included a bibliographical review, news gathering, reconnaissance visits, interviews with residents and social movement leaders. Thus, we seek to bring contributions to the theory and praxis of territory planning and management, exploring the possibilities of liberating the imaginary towards - strategies that dispute the dignified construction of popular territories.

KEYWORDS: Social Conflicts, Territorial Planning, Social Movements, Insurgent Urbanization, Housing.

Conflictos e insurgencias: experiencias de lucha por el territorio y la vivienda en la Región Metropolitana de São Paulo

Este artículo presenta un análisis del contexto actual de la dinámica insurgente en la Región Metropolitana de São Paulo. A través de la investigación de cuatro experiencias de lucha por la vivienda o el territorio, el artículo pretende discutir las posibilidades, límites y dilemas de estos procesos. Las experiencias insurgentes investigadas son la Ocupación Penha Pietras, la Ocupación Anchieta-Grajau, el asentamiento del MST Dom Balduíno y la aldea indígena Tekoa Yvy Porã. La metodología incluyó la recopilación de información a través de una revisión bibliográfica, recopilación de noticias, visitas de reconocimiento, contactos y entrevistas con residentes y líderes de movimientos sociales. El objetivo es contribuir a la teoría y práctica de la planificación y gestión territorial, explorando las posibilidades de liberar el imaginario hacia estrategias que disputen la construcción digna de los territorios populares.

PALABRAS CLAVE: Conflictos sociales, Planificación del territorio, Movimientos sociales, Urbanización insurgente, Vivienda.

Artigo recebido em fevereiro de 2022. Aprovado em março de 2022.